

# CONCEPÇÕES, PRÁTICAS E PERSPECTIVAS DE SOCIOECONOMIA SOLIDÁRIA E DA COOPERAÇÃO CAMPONESA

Processo de Produção do Conhecimento: resultado de investigação finalizada.  
GT 27: Sociologia Econômica

**Prof. Dr. Laudemir Luiz Zart**

[laudemirzart13@yahoo.com.br](mailto:laudemirzart13@yahoo.com.br)

Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)

O artigo que apresento é resultado do projeto de extensão-pesquisa finalizado, realizado entre 2010-2011 e denominado “Educação do Campo: formação e desenvolvimento comunitário”. O projeto foi aprovado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso (FAPEMAT) e desenvolvido na Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT). Teve como objetivo a inserção das atitudes de investigação como processo participante de conhecimentos e estas compreendidas como estratégicas para o desenvolvimento integrado das comunidades camponesas orientadas pelos princípios da economia solidária. A investigação-formação se embasou na perspectiva que as comunidades camponesas se configuram na complexidade da cultura política e econômica e que estas são constituintes das atitudes que configuram a existência das organizações no campo.

**Palavras-chave:** economia camponesa, economia solidária,

## Introdução

As atividades investigativas e de formação do projeto do qual resulta este artigo, ocorreram em três escolas do campo localizadas em comunidades e assentamentos rurais: Escola Municipal Paulo Freire no Assentamento Nova Conquista e Escola Municipal Laranjeiras no Assentamento Antônio Conselheiro no município de Cáceres, e, Escola Estadual Madre Cristina no Assentamento Roseli Nunes no município de Mirassol do Oeste.

A metodologia investigativa participativa (Brandão, 1990) foi ancorada no diagnóstico da escola, da produção e das estratégias de organização comunitária e econômica. O método fundamentado na dialogicidade se embasou na elaboração de conhecimentos sobre os temas da socioeconomia solidária (Zart, 2004) e da cooperação camponesa, ou do princípio da cooperação (Abdalla, 2002).

No processo de investigação-formação os participantes foram orientados por três questões problematizadoras relativas ao saber/pensar, as práticas sociais e as perspectivas para a socioeconomia solidária e a cooperação camponesa. Para organizar a leitura das concepções foram feitas as perguntas: a) o que sabe e pensa sobre? b) o que faz em termos de? c) o que deseja e projeta para?

As atividades didáticas investigativas foram organizadas com três grupos focais: os/as jovens do campo, os/as camponeses/as e os/as educadores/as, totalizando 83 pessoas participantes. O processo de elaboração e discussão do diagnóstico ocorreu em quatro momentos. No primeiro, os participantes deram respostas escritas individuais para as referidas questões. No segundo, os participantes se reuniram em grupos para debater o que cada sujeito escreveu. As ideias foram socializadas, debatidas e feito uma síntese sobre os conceitos, as práticas e as prospecções. No terceiro, ocorreu a plenária que compartilhou os conhecimentos e sistematizou as informações. No quarto momento os dados foram codificados e interpretados pelos pesquisadores e socializados num seminário.

Do processo investigativo resultou um cenário conceitual que configura o pensar, as práticas sociais e as projeções dos sujeitos sociais do campo em relação à socioeconomia solidária e à cooperação camponesa. Das informações interpretadas derivaram as seguintes categorias de análise e

destas os conceitos explicativos: I) Relativos ao saber: a) Mutualidade cooperativa: relação intersubjetiva, do sentido da comunidade e da convivência. b) Idealismo cooperativo: ligado à ideia do dever ser, normativo e descolado da concreticidade. c) Trabalho cooperativo: organização do trabalho associado, desenvolvimento de empreendimentos econômicos solidários. d) Desenvolvimento comunitário: ação no local, nas relações comunitárias. e) Organização da produção e da comercialização: ações coletivas para o desenvolvimento da economia camponesa. II) Relativo às práticas sociais: a) Ação projetiva: indica a necessidade da organização da economia do campo. b) Ação participativa: da solidariedade e do compartilhar trabalhos coletivos. c) Ação educativa: formação para a cooperação. d) Inserção colaborativa: ações individuais, sem práticas de organização coletiva. e) Vazio cooperativo: ausência da cultura da cooperação e da organização coletiva. III) Relativo às proposições: a) Cooperação institucional: articulação das instituições para a promoção de atividades de desenvolvimento no campo. b) Cooperação socioeconômica: geração de trabalho e renda. c) Desenvolvimento cognitivo: experiências de ação e de aprendizagem. d) Trabalho coletivo: processo realizador de possibilidades de desenvolvimento coletivo. e) Organização comunitária: direito para à promoção da igualdade de condições na vivência comunitária.

Para compreensão das categorias e dos conceitos enunciados, desenvolvo os seus sentidos que emergiram das respostas dadas pelos participantes no processo de investigação-formação.

## **I - Relativos ao Saber: concepções de economia solidária e cooperação**

Quanto ao saber em relação à economia solidária e cooperação, sistematizo cinco categorias analíticas que explicitam conhecimentos que traduzem uma visão de mundo que evidencia a relação das pessoas, da vivência comunitária, da atitude ética de solidariedade, do trabalho associado e da consciência organizativa para o desenvolvimento econômico. As categorias de análise são: a) mutualidade cooperativa: 25%, b) idealismo cooperativo: 20%, c) trabalho cooperativo: 17%, d) desenvolvimento comunitário: 16%, e) organização da produção e comercialização: 10%, e os que responderam que não sabem: 8% e não responderam: 4%.

Para a compreensão das categorias interpreto a seguir os sentidos que emergiram das respostas dos participantes:

**a) Mutualidade cooperativa:** a mutualidade é uma construção gnosiológica forte entre os camponeses, conforme também demonstraram os estudos de Sabourin (2009). É uma representação social que afere sentido à existência cotidiana, das práticas sociais possibilitadoras do reconhecimento da pessoa, da comunidade e dos produtores. Há uma correlação entre o ser, o conviver e o trabalho. A vida camponesa tem sentido quando há relações de conexão, a mutualidade como forma de organização da convivialidade social.

A construção da ideia do ser expressa a relação intersubjetiva. É uma ontologia social que configura uma concepção antropológica que coloca as pessoas em relações de interdependência, do precisar uns dos outros. É o estabelecimento e a afirmação de práticas sociais da colaboração das pessoas entre si, do sentido da doação, do bem-estar de cada um, e da sensibilidade com os outros. A mutualidade cooperativa é a constituição da pessoa na convivência, do fazer-se na relação e do ser com o outro.

O conviver é a construção do sentido da comunidade. De uma coletividade que se configura a partir das percepções de entreatujadar-se, do relacionamento da vizinhança e da convivência, portanto da proximidade das pessoas. O sentido da comunidade que passa pela atitude ética da responsabilidade de cada um, da afirmação da igualdade e do crescimento de todos.

A mutualidade cooperativa enquanto organização do trabalho é a construção do saber que afirma a existência da relação entre os produtores. Da proximidade e da convivência nascem as práticas sociais da partilha, da troca de serviços e de experiências técnicas e de conhecimentos relativos ao fazer camponês na produção, do cuidado com o solo, das formas de plantar, de colher, de armazenar. É a

socialização de um patrimônio cognitivo experienciado, que é comunicado nas relações cotidianas informais, nas rodas de conversas, que é constituinte da cultura e da economia camponesa (Chayanov, 1985).

**b) Idealismo cooperativo:** caracteriza uma abstração que afirma uma ideia sem bases sociais concretas. Um conceito construído a partir de outras ideias, mas sem referentes na própria existência. Constitui-se na proposição do dever ser e de um futuro desejável.

A construção do imaginário social enquanto idealismo cooperativo está ligado à ideia do dever ser. É uma relação social discursiva que afirma e propõe valores que devem idealmente ser a base de orientação das práticas sociais. É um dizer normativo, que lança para as pessoas proposições de atitudes consideradas como as mais corretas e desejáveis para as relações sociais. O ideário do dever ser imaginado é problemático porque é descolado da realidade concreta, não se afirma como práxis, mas como uma abstração discursiva.

Por não ser histórico, lança o olhar para um futuro desejável, mas não vivido e experimentado no presente. O futuro não é a expressão da contradição do presente, da superação dialética das situações limites da cultura da não cooperação vivida efetivamente. Por ser uma abstração ideal, indica que as pessoas devem se ajudar, trabalhar em grupo e se unir, mas sem de fato criar as condições objetivas para gerar a cultura da solidariedade, da formação de grupos cooperativos e do trabalho em prol da comunidade.

**c) Trabalho cooperativo:** é uma forma mais ampla e profunda de compreensão do processo de trabalho consubstanciada nos referenciais da economia solidária. Configura o que Moraes (2002) denomina de “consciência organizativa”. É a concepção que traduz a proposição da economia que articula as unidades familiares de produção e de consumo próprias da estrutura tradicional da cultura camponesa criando uma formação socioeconômica que engloba o trabalho associado, a coletividade, a participação nos movimentos sociais e a organização de produção e do consumo ancorada nos princípios da sustentabilidade.

As concepções de trabalho cooperativo expressam e fundamentam os processos de organização do trabalho associado, tendo como objetivo um melhor desenvolvimento, através de empreendimentos econômicos solidários como as cooperativas e as associações. O trabalho associado, conceito marxiano desenvolvido por Tiriba (2001) é a capacidade mobilizadora de grupos coletivos que superam parcialmente ou na totalidade a organização econômica embasada na propriedade privada dos meios de produção. A cooperação ocorre em empreendimentos econômicos que tem a base a propriedade coletiva e associada dos meios de produção.

Tem como centralidade o conceito de trabalho, representando uma contradição à economia do capital que subsume o trabalho e os trabalhadores. A centralidade do trabalho demanda novas formas organizacionais e de conhecimentos, e a partir destes, como desdobramento a necessidade da cultura da coletividade, como forma de superação do individualismo e do egoísmo. Implica em compreender processos sociais complexos como os processos de autoorganização e de autogestão.

Decorre da leitura do trabalho cooperativo a indicação da participação dos sujeitos sociais nos movimentos sociais, na comunidade, na escola. Estes espaços de participação são reconhecidos como momentos e processos de aprendizagem. O corolário deste pressuposto gnosiológico é a afirmação de que a cooperação e a solidariedade não são saberes e práticas sociais naturais, mas são conceitos e atitudes que são aprendidos nas práxis participativas.

O processo da organização do trabalho cooperativo é uma forma de melhorar as condições de vida, objetivando superar as estruturas de dominação e do monopólio econômico e cultural do sistema capitalista. Para tanto a capacidade autoorganizativa camponesa gera um movimento que vincula a relação da produção e do consumo aos princípios da sustentabilidade, afirmando a vida saudável, e, da diversidade sociocultural, reconhecendo as manifestações culturais dos diferentes grupos sociais.

**d) Desenvolvimento comunitário:** na concepção da cultura camponesa a centralidade definidora do desenvolvimento é o espaço comunitário. Enquanto a economia liberal tem no mercado e na livre

concorrência a áurea máxima da definição de metas e métodos de organização do trabalho, a economia camponesa se alicerça na construção de objetivos e de formas de produção e de consumo tendo na comunidade a fortaleza para pensar e realizar o trabalho.

Neste sentido, o envolvimento na mobilização e na organização do trabalho tem como finalidade e espaço de ação a realidade local. A atenção central é a comunidade, entendida como estrutura social agregadora de pessoas, ideias, intenções e projetos que tencionam na construção de condições materiais, intelectuais e tecnológicas para o desenvolvimento do bem viver social no campo.

É a partir das relações comunitárias que são pensadas a produção, a comercialização, os preços dos produtos, o trabalho, os meios de produção, a comunicação, os sistemas de informação. A comunidade é a geração de uma identidade coletiva, enquanto o mercado é a relação de estranhamento. A comunidade é o referente para promover os cuidados com o meio ambiente, os sistemas de trabalho em mutirão, as trocas de sementes, de serviços coletivos.

**e) Organização da produção e da comercialização:** é a concepção que expõe como referência a organização da produção, da compra e da venda. Alicerça ações que necessitam transitar nos complexos processos suprafamiliares de organização econômica que visualizam desde a produção até a comercialização.

Esta aceção considera que para que possa ser viável o desenvolvimento do setor produtivo na economia camponesa há a necessidade das organizações coletivas quanto o cooperativismo, meio que irá levar informações, fazer o planejamento e articular as práticas produtivas dos camponeses.

A cooperação institucionalizada é compreendida como meio para superar os limites econômicos individuais, ou familiares, e proporcionar meios coletivos e comunitários que tornam a viáveis o desenvolvimento da economia camponesa.

## **II - Relativo às práticas sociais: o fazer em termos de economia solidária e cooperação**

Em relação às práticas sociais do que os participantes consideram que realizam nos espaços da comunidade camponesa, para a interpretação das exposições, apresento cinco categorias de análise: a) ação educativa: 11%, b) ação participativa: 12%, c) ação projetiva: 15%, d) inserção colaborativa: 23%, e) vazio cooperativo: 19%, não responderam: 6% e indicaram que não sabem: 14%.

Para a compreensão das categorias interpreto a seguir os sentidos que emergiram das respostas dos participantes:

**a) Ação educativa:** está relacionada à presença dos educadores e das educadoras. É a compreensão que a escola é um espaço gnosiológico significativo para a produção de conhecimentos e de ações que correspondam com os preceitos da economia solidária.

Ao pensar os tempos e os espaços pedagógicos escolares, o reconhecimento das práticas efetivadas é o desenvolvimento de conceitos, de práticas de cooperação e de dinâmicas de solidariedade em sala de aula. Trabalhar os temas na escola tem a perspectiva que com o entendimento por parte das crianças e dos jovens haja a possibilidade de mudanças na mentalidade e nas práticas sociais na busca de alternativas e na efetivação das possibilidades de construção coletiva de processos de cooperação.

A metodologia de aprendizagem, embasada na pedagogia da cooperação, assenta-se em dinâmicas grupais que ensinam e demonstram as vantagens e as dificuldades do trabalho cooperativo e as desvantagens e as formas de trabalho do mundo capitalista. Evidenciar cenários de contradição geram consciências sociais críticas sobre os limites e as possibilidades organizacionais nos espaços camponeses.

Apesar das atitudes pedagógicas condizerem com as necessidades formativas para a economia solidária, reconhecem-se fatores que restringem a necessidade de aprofundamento e de ampliação dos conhecimentos e das práticas sociais. Há neste sentido a consciência entre os professores, que só repassam informações e só realizam debates. Existe, portanto, pelo sentido inverso, a necessidade de

ações pedagógicas, que educam pela práxis. A práxis será viabilizada pela ampliação das práticas pedagógicas com a inserção efetiva na comunidade. A inserção efetiva na comunidade será possibilitada com a organização do trabalho cooperativo. A derivação deste pensar é que há uma dialética constituinte entre a escola e a comunidade.

**b) Ação participativa:** é a atitude de inserção ativa na mobilização e na organização de grupos coletivos para a promoção de ações de cooperação. As práticas sociais são diversificadas, abrangendo dinâmicas sociais que se caracterizam pela complexidade das relações sociais que aproximam as pessoas e as movimentam em direção à construção social da solidariedade.

A ação participativa configura o grupo social organizado em solidariedade. A ideia fundante são as atitudes que compartilham trabalhos em coletivos, troca de produtos e serviços, o cuidado com o meio ambiente, o intercâmbio de experiências e de conhecimentos.

É o reconhecimento das práticas sociais coletivizadas e pelas quais se promovem conhecimentos cooperativos. São ações em sua maioria informais, que são próximas às necessidades e aos desejos cotidianos das comunidades camponesas. Os processos de agregação são dinâmicas dialógicas que associam as pessoas em torno de objetivos e métodos de trabalho e de convivência combinados e tornados comuns. Nos espaços dos assentamentos há o reconhecimento que os grupos informais são práxis políticas e pedagógicas que substanciam os conhecimentos necessários para a institucionalização dos processos participativos e organizacionais representados nas associações e nas cooperativas.

**c) Ação projetiva:** é uma concepção que reconhece a necessidade da prática social para a organização de ações coletivas. Distingue-se do idealismo cooperativo porque projeta a perspectiva da coletividade embasada em contextos concretos de trabalho e de organização. Em primeiro plano reconhece que as situações atuais de existência camponesa não permitem a autoorganização coletiva. Para a perspectiva econômica solidária é preciso superar as condições de isolamento nas unidades familiares de produção e de consumo.

A prospecção indica a necessidade da organização, da luta e do trabalho para a construção de uma vida melhor. Há a correlação contraposta de cenários, entre o presente vivido e o futuro desejado. O lançar para frente é desafiante, porque representa o compromisso da construção coletivizada. É a superação da cultura da espera para o ensaio da cultura da esperança ativa, que implica a responsabilidade dos participantes. É o compartilhar horizontalizado de atividades, de decisões, de realizações e de avaliações.

Para tanto a economia deve crescer de modo sustentável, favorável para os que trabalham e produzem. Este pressuposto tem um fundamento proativo, que coloca os sujeitos sociais, em perspectiva de organização coletiva e inventam metodologias e entidades para responder às necessidades e aos desejos de construção de processos sociais e econômicos de cooperação.

As possibilidades apontam para a necessidade da união das pessoas, organizar a cooperação, os momentos e os grupos de estudos e de produção. Apesar de o discurso ter a conotação normativa, do dever ser, a ação projetiva se alicerça na capacidade de autocrítica dos sujeitos sociais. É a postura política de abertura para o novo, de constituição de espaços coletivos que correspondam aos princípios e aos processos de organização autogestionários.

**d) Inserção colaborativa:** é uma concepção que traduz a ideia de uma prática individualizada. O compromisso se reduz aos momentos esporádicos de estar presente em reuniões, de ações em espaços públicos e de ações instantâneas na associação. A inserção é limitada à presença física e à emissão de alguma opinião. É uma colaboração vulnerável que se prende nas estruturas e na cultura social existente.

Neste sentido a inserção colaborativa é a afirmação das ações individuais. Não tem como horizonte ou como prática social a organização coletiva. O sujeito da ação é o indivíduo que indica as ações particulares como relevantes socialmente. É uma presença monolítica. Esta se identifica com a ajuda e a participação na escola, na comunidade, nos trabalhos em grupos e mutirões. A dimensão temporal é de curta duração sem representar uma imersão compromissada.

Para os que compreendem a cooperação como inserção colaborativa, basta o ato de associar-se e ir às reuniões, mas ligado às possibilidades e vontades pessoais e não à disciplina de organização da coletividade.

**e) Vazio cooperativo:** é a manifestação da voz e da consciência autocrítica. Reconhecer que não existe a organização cooperativa é a indicação da necessidade de caminhos e opções exigentes para a efetivação da cooperação coletiva, não restrita aos momentos esporádicos de cooperação, mas a da cooperação institucionalizada e permanente, modificadora da cultura individualizada para a geração da consciência social coletivizada.

O vazio cooperativo é o reconhecimento que na comunidade não há trabalhos cooperativos, falta união (coletividade), sem a organização de grupos de trabalho coletivos.

Indica a ausência de organização, da não ação coletiva e comunitária. O não fazer se vincula à proposição do querer fazer, ao reconhecer a necessidade de ações coletivas para a superação da cultura do individualismo. O vazio cooperativo indica a possibilidade de desenvolver a consciência organizativa, ou da estruturação de empreendimentos econômicos solidários como práxis geradora da cultura da cooperação permanente.

### III – Relativo às proposições: o que projeta para a economia solidária e cooperação

Em relação às proposições para o desenvolvimento da economia solidária e a cooperação camponesa a interpretação das informações resultou em cinco categorias de análise: a) cooperação interinstitucional: 1%, b) cooperação socioeconômica: 22%, c) desenvolvimento cognitivo: 23%, d) organização comunitária: 28%, e) trabalho coletivo: 11%, não responderam: 6% e indicaram que não sabem: 9%.

Para a compreensão das categorias interpreto a seguir os sentidos que emergiram das respostas dos participantes:

**a) Cooperação interinstitucional:** indica a necessidade de articulação das instituições para a promoção de atividades de desenvolvimento no campo.

Esta indicação tem sentido e justifica-se pelo reconhecimento que as ações das entidades tanto públicas quanto privadas de assistência técnica, ocorrem de forma setorializada e desarticulada. Este procedimento fragmenta as políticas e os programas atendendo situações parciais da totalidade da realidade do campo. O fragmento, ao estar descolado das relações sistêmicas do complexo que é a cultura e a economia camponesa não corresponde às situações problemas e às soluções que necessitam ser geradas.

**b) Cooperação socioeconômica:** é um processo que interliga pessoas, ações e projetos, constituindo a partir das particularidades uma totalidade articuladora do desenvolvimento. Na economia camponesa a cooperação socioeconômica representa um dos maiores desafios, porque traduz práticas sociais de trabalho que desafiam a tradição camponesa. A economia camponesa tradicional se organiza em torno da unidade familiar de trabalho. A economia camponesa organizada sob os princípios da economia solidária acresce a organização coletiva além da unidade familiar de produção e de consumo.

A cooperação socioeconômica é um projeto de desenvolvimento das comunidades camponesas a partir dos pressupostos da reciprocidade e da solidariedade. É a mobilidade social que apreende dinâmicas de auto-organização, de planejamento participativo, da gestão democrática, do poder horizontalizado, do compartilhar das responsabilidades e da divisão igualitária dos resultados do trabalho.

Constitui-se num processo estruturante e instituinte para organizar as pessoas tendo como objetivo gerar trabalho e renda, com respeito ao meio ambiente, à diversidade cultural, aos saberes práticos dos camponeses e ao mesmo tempo incorporando os conhecimentos das ciências e das tecnologias.

A cooperação socioeconômica é um crescer organizacional às culturas camponesas que se embasam na partilha, na coletividade, na comunalidade, na participação, na reciprocidade, ampliando as práticas sociais de organização do trabalho incluindo os princípios da agroecologia, da economia solidária, da agroindústria cooperativada, do consumo solidário.

Para tanto há a necessidade da organização cooperativa. A estruturação de empreendimentos econômicos solidários e sustentáveis é um meio mobilizador e organizador para a superação dos limites impostos à economia camponesa tradicional, gerando possibilidades de viabilidade socioeconômica para o desenvolvimento integral dos territórios camponeses.

**c) Desenvolvimento cognitivo:** há o reconhecimento da necessidade da formação e da educação geradora da cultura da solidariedade e das competências políticas e técnicas que viabilizam a organização dos processos institucionais de cooperação.

Neste sentido o conhecimento está atrelado às possibilidades de desenvolvimento das comunidades camponesas. A formação intelectual com pertinência, isto é, que se traduza na ciência e na educação implicada nos contextos ambientais, culturais e econômicos da campesinaria, gerando tecnologias e concepções filosóficas que representam o fazer e a ontologia social dos povos do campo.

Projeta-se o desenvolvimento cognitivo em ambiências de formação que envolve debates, discussões, cursos e práticas concretas que demonstram experiências de ação e de aprendizagem. Como exemplo é explicitado a constituição de uma cooperativa. Em comunidades camponesas nas quais não predominam o cooperativismo, a formação teórica desconectada da prática torna-se sem significado e os resultados serão a incredulidade em relação às possibilidades de concretização do desenvolvimento econômico solidário.

Os processos cognitivos devem estar embasados nas práxis pedagógicas e políticas, isto é, a educação e a formação alicerçadas na relação e na conectividade entre a teoria e a prática, entre o fazer e o refletir. O que se busca são conhecimentos para a economia camponesa, viabilizando o desenvolvimento do campo. Portanto da compreensão da totalidade da vida do campo.

**d) Organização comunitária:** a base da vida do campo é a comunidade. A cultura camponesa não se afirma pela relação estruturante com os mercados. Para os camponeses o mercado tem o sentido originário da concepção e das práticas de troca e de intercâmbio. O centro definidor que orienta e estabelece parâmetros para a organização são as relações de proximidade intersubjetiva que ocorrem nos espaços sociais e simbólicos da comunidade.

A agregação social que ocorre na cultura camponesa está embasada na visão do direito de todos para a promoção da igualdade de condições na vivência comunitária. A comunidade não compreendida ingenuamente, como o lugar em que não há conflitos e discriminações, mas o espaço da convivialidade societal que evidencia as ambiguidades de concepções, de valores e de atitudes, para no extremo dos conflitos realizarem o esforço do diálogo de aproximação e de reconhecimento.

A proposição camponesa está fortemente embasada na ideia que há a necessidade da organização da comunidade a fim de ter as condições de viver no campo. A comunidade antecede o econômico. Apesar deste reconhecimento, que é a abertura do diálogo estruturante nos espaços mobilizadores dos camponeses, a consciência de que a comunidade não subsiste sem a organização econômica é uma perspectiva que orienta os conhecimentos e as práticas sociais camponesas.

**e) Trabalho coletivo:** é a concepção que se refere à organização econômica que avança para a coletividade constituída pelo trabalho associado e a consciência organizativa. Conceber o trabalho coletivo é fundante da cultura da solidariedade numa perspectiva de práticas sociais superadoras das situações e das condições de alienação tão característicos da divisão social do trabalho modelado pelas relações de subsunção do trabalho ao capital.

A organização coletivizada está centrada na efetividade do trabalho enquanto um processo realizador de possibilidades do desenvolvimento coletivo. Na representação e na constituição do trabalho coletivo há a afirmação de dinâmicas e de estruturas sociais que promovem a participação, a

democracia e a autogestão. É a aprendizagem de práticas sociais coletivas que relacionam as pessoas e realizam processos dialógicos de compreensão dos sentidos da existência e da organização econômica.

A configuração do trabalho coletivo representa formas alternativas de organização econômica, tendo a cooperação e a solidariedade como fundantes das práticas sociais e econômicas. É a práxis que traduz a necessidade de conhecimentos e de atitudes superadoras das relações sociais de competição e de concorrência para a aprendizagem contra-hegemônica da cultura da cooperação e da solidariedade. A organização do trabalho coletivo é um processo contínuo de aprendizagem política, econômica e cultural.

## **Conclusão**

A leitura crítica entre o processo de expressar o que os camponeses e as camponesas sabem, o que fazem e o que desejam demonstra uma relação assimétrica do saber, que está em situação elevada, relativo às práticas sociais, que demonstram menores possibilidades, às perspectivas, que elevam as potencialidades do exercício da solidariedade e da cooperação. A correlação entre o saber, o fazer e as perspectivas demonstra os desafios de formação e de organização para gerar uma ambiência de simetria entre os conhecimentos, as práticas sociais e as perspectivas.

As concepções do saber sobre a economia solidária e a cooperação camponesa resultam da participação dos camponeses em movimentos sociais e em processos formativos. As localidades e as escolas analisadas são resultantes das lutas camponesas pela reforma agrária realizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Os saberes manifestos, quanto o trabalho cooperativo, o desenvolvimento comunitário, a mutualidade, a necessidade de organização da produção e de comercialização estão incluídos no ideário dos movimentos camponeses bem como na tradição da cultura camponesa.

Os valores e as práticas sociais manifestadas como base gnosiológica são fundantes de possibilidades organizacionais coletivas. Na interpretação que realizo, são fatores limitantes em relação ao saber a indicação do idealismo cooperativo, com 20% das respostas e devido à pura abstração, do descolamento com a realidade histórica, e, da expressão do fazer individualmente 1%, que é a negação da cooperação, e das respostas que indicam que não sabem e não responderam que somam 12% das respostas. A soma das respostas problemáticas para o desenvolvimento da economia solidária somam 33%.

Avalio que saberes como a mutualidade cooperativa, o desenvolvimento comunitário, o trabalho cooperativo e a organização da produção e da comercialização são saberes que na economia camponesa se interligam e formam a totalidade da existência camponesa. As práticas sociais de mutualidade tradicionais que configuram as comunidades camponesas não devem ser negadas pela organização econômica. Ou na relação inversa, a organização da cooperação econômica e do trabalho associado é um meio para ampliar e aprofundar, como forma de resistência e de desenvolvimento da economia camponesa.

Relativo às práticas sociais, analisadas em termos qualitativos e quantitativos, é que se pode compreender porque da conclusão da assimetria entre o saber, o fazer e a proposição. Primeiro que 20% dos participantes não responderam ou indicaram que não sabem. Outro valor problemático para a organização coletiva é a percepção da inserção colaborativa que corresponde a 23% das respostas. Esta é limitante porque se limita à presença do indivíduo, sem o compromisso estruturante com a realidade coletiva. Nesta mesma direção reflexiva está a indicação do vazio cooperativo 19% das respostas. Esta não reconhece práticas de cooperação na comunidade, criando uma ambiência de descolamento em relação às práticas de mutualidades existentes nas comunidades, embora tenha a tendência de colocar a necessidade da construção das relações de cooperação para o desenvolvimento da economia camponesa.



A ação educativa, projetiva e participativa que somam 48%, significam possibilidades mais próximas ao desenvolvimento da economia solidária, apesar de representar concepções que são constituídas em bases sociais que possuem práticas de cooperação limitadas às dinâmicas de mutualidade, de proximidade e da comunidade. Estes valores e práticas sociais são importantes para a cooperação camponesa, mas não configuram a organização da economia solidária na estrutura socioeconômica e nas relações culturais camponesas.

Em relação às proposições, para a organização da economia solidária e da cooperação camponesa, estas apresentam um quadro superior de possibilidades. O fator limitante se enquadra nas respostas dos que indicam que não sabem ou não responderam que alcançou o índice de 15%. As demais categorias de análise demonstram tendências efetivas para a organização econômica coletivizada.

A cooperação interinstitucional, a cooperação socioeconômica, o desenvolvimento cognitivo, a organização comunitária e o trabalho coletivo são proposições que se complementam no processo estruturante de concepções e de práticas sociais na economia solidária.

Neste sentido apreendo a economia solidária como um complexo de ações que configuram o trabalho, a cultura, as atitudes éticas e as relações sociais das pessoas em determinados espaços e estruturas sociais.

Para a economia e a cultura camponesa os processos estruturantes devem articular a educação, a organização comunitária, as culturas de mutualidade e de proximidade, com o desenho das práticas econômicas de cooperação estruturada em empreendimentos econômicos solidários para a consolidação das comunidades camponesas.

## **Bibliografia**

- Abdalla, M. *O Princípio da Cooperação em Busca de uma Nova Racionalidade*. São Paulo: Paulus, 2002.
- Brandão, C. R. (Orgs.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- Chayanov, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires, Ediciones Nueva Visión, 1985.
- Morais, C. S. de. *Teoria da Organização Autogestionária*. Porto Velho: Edufro, 2002.
- Saborin, E. *Camponeses do Brasil: entre a troca mercantil e a reciprocidade*. Trad. Leonardo Milani. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
- Tiriba, L. *Economia Popular e Cultura do Trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí/RS: Editora UNIJUÍ, 2001.
- Zart, L. L. (Org.). *Educação e Socioeconomia Solidária: paradigmas de conhecimento e de sociedade*. Cáceres/MT: Unemat Editora, 2004.